

130

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –**
3 **CONANDA**

4 Às nove horas e trinta minutos do dia onze de abril de dois mil e sete, na Sala de
5 Reunião do Edifício Sede do Ministério da Justiça, deu-se início a Centésima
6 Quinquagésima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e
7 do Adolescente – Conanda. A abertura dos trabalhos foi feita pela Senhora Presidente
8 Carmen de Oliveira e contou com a presença dos conselheiros titulares: Alda Elizabeth
9 Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria; Antônio Pereira da Silva
10 Filho, Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e
11 Filantrópicas; Isaias Bezerra de Araújo, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Miriam Maria
12 José dos Santos, Inspetoria São João Bosco / Salesianos; Beatriz Hobold, Pastoral da
13 Criança; Fábio Feitosa da Silva, União Brasileira de Educação e Ensino; Marta Marília
14 Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Maria Aurilene Moreira
15 Vidal, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski,
16 Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves, Movimento
17 Nacional de Direitos Humanos; Maria Luíza Moura de Oliveira, Conselho Federal de
18 Psicologia; Raimunda Núbia Lopes da Silva, Central Única dos Trabalhadores; José
19 Ricardo Calza Caporal, Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços;
20 Ivanildo Tarjara Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; Ricardo do
21 Nascimento de Avelar Fonseca, Ministério do Esporte; José Eduardo Romão, Ministério
22 da Justiça; Eduardo Basso, Ministério da Previdência Social; Rogério Baptista Teixeira
23 Fernandes, Ministério da Fazenda; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da
24 Saúde; Luis Fernando de Lara Resende, Ministério do Planejamento, Orçamento e
25 Gestão; Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Política de Promoção da
26 Igualdade Racial da Presidência da República. Conselheiros Governamentais Suplentes
27 que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Solange Stella Serra Martins, Ministério
28 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Luciana Cecco, Ministério do Esporte;
29 Deuzinéa da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego; Andréa Giovannetti,
30 Ministério das Relações Exteriores; Thais Borges S. P. Werneck, Ministério da Cultura.
31 Tendo em vista a ausência justificada da representante da Fundação Abrinq pelos
32 Direitos da Criança, a então conselheira Elenice Baptista, das Aldeias Infantis SOS
33 Brasil que se encontrava presente na plenária, assumiu a titularidade nesta Assembléia.
34 Conselheiros Suplentes Não Governamentais presentes: Gerson Pacheco, Visão
35 Mundial; Iralda Cassol Pereira, Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho.
36 Abertura dos Trabalhos: A Senhora Presidente fez a abertura da Assembléia
37 cumprimentando a todos e em seguida, fez os seguintes informes: 1) Pesquisa
38 Conhecendo a Realidade: Os ajustes no Relatório final já haviam sido feitos e
39 encaminhados aos conselheiros no dia vinte e nove e, a SPDCA estava aguardando as
40 sugestões para a conclusão do documento. Neste sentido, foi estabelecido novo prazo
41 para o envio de sugestões até o dia trinta de abril vindouro e criado um Grupo de
42 Trabalho composto pelas conselheiras Marta Tonin e Maria Luíza e pela assessora
43 técnica Jackeline, para elaboração da síntese e dos procedimentos para a publicação do
44 documento final. Foi proposto ainda, firmar parceria com o Instituto de Pesquisa
45 Aplicada – Ipea, para análise do documento por Estado; 2) Assembléia Descentralizada:
46 A Senhora Presidente informou que já haviam sido encaminhados ofícios aos
47 conselheiros governamentais para fins de tramitação dos seus deslocamentos bem como,
48 ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Pará
49 informando sobre a realização da referida assembléia, assim como enviada a relação
50 com sugestões dos Órgãos / Entidades a serem convidados. Quanto a Pauta da
51 Assembléia, a Senhora Vice-Presidente propôs que a mesma fosse construída pelas
52 Comissões de Políticas Públicas e de Mobilização e Formação, juntamente com a

53 Senhora Cristina Albuquerque, Coordenadora do Programa de Combate à exploração
54 sexual de crianças e adolescentes, visando formatar a agenda de trabalho. 3) Agenda
55 Social: A Senhora Presidente informou sobre a construção da Agenda Social pelo
56 Governo Federal, com a participação de vários ministérios, para elaboração do Relatório
57 a ser enviado à ONU e que a prioridade do Governo era estabelecer uma concepção da
58 área social com propostas para os eixos de trabalho nestas áreas, tendo sido selecionado
59 os eixos: Juventude; Redução da Desigualdade Social; Cidadania e Direitos Humanos
60 (mulheres, índios, quilombolas, deficientes, crianças e adolescentes e registro civil). Os
61 prazos para a entrega do documento será trinta de abril para o primeiro bloco; trinta e
62 um de maio para o segundo bloco; e o terceiro bloco a ser definido. Ressaltou sobre a
63 importância do diálogo entre as coordenações do Programa Presidente Amigo da
64 Criança e do Adolescente – PPACA e da Agenda Social. A Senhora Vice-Presidente
65 solicitou que o documento fosse repassado aos conselheiros da sociedade civil para
66 aprofundamento do assunto. Foi indagado pelo conselheiro Antonio se o referido
67 documento seria deliberado pelo Conselho. O conselheiro Fábio considerou o assunto
68 importante, daí a necessidade do seu aprofundamento pela sociedade civil; 4) Pacto
69 semi-árido: Foi informado que no dia vinte e cinco de abril seria realizado o lançamento
70 do novo selo pelo Unicef e que no mês de junho seria realizado o Seminário sobre o
71 tema, devendo o Conanda estar representado no evento; 5) Cartaz contra a redução da
72 idade penal: A Senhora Vice-Presidente apresentou a proposta do Conselho Federal de
73 Psicologia contendo cartaz sobre a redução da idade penal, solicitando o apoio
74 institucional do Conanda. A proposta fora debatida com sugestões para a reformulação
75 do texto, dando ênfase à não redução da idade penal e ao fortalecimento do Sinase e
76 reapresentá-lo para deliberação na próxima assembléia do Conselho; 6) Sinase: A
77 Senhora Vice-Presidente questionou o porque da não inclusão dos nomes das ex.
78 conselheiras Maria Izabel e Stela Graziani na publicação do documento. A Senhora
79 Presidente propôs o prazo até o final do mês de abril para o envio de sugestões para
80 análise e inclusão, se for o caso, na segunda tiragem do documento; 7) Encontro da
81 ABMP: O conselheiro Fábio informou sobre a sua participação no Encontro da ABMP,
82 na cidade do Rio de Janeiro, considerando-o de altíssimo nível e sugerindo a
83 participação do Conselho no próximo encontro a ser realizado na Região Sul do país. A
84 Senhora Presidente que também esteve presente fez referência ao evento, sugerindo que
85 os conselheiros Ricardo Caporal e Marta Tonin, residentes naquela região se fizessem
86 presentes representando o Conanda. O conselheiro Fábio informou também sobre a
87 distribuição de cartilha pela ABMP sobre reforma Política e sobre a representação do
88 Conanda na reunião do Conselho de desenvolvimento Econômico e Social; 8) Questão
89 Indígena no Mato Grosso: O Gerente da SPDCA Alberto Albino informou sobre a
90 capacitação de conselheiros tutelares no Mato Grosso do Sul. Diante das dificuldades
91 havidas no Estado para concretização dessas ações ele e a conselheira Alda propuseram
92 que uma Comissão daquele Estado participasse da assembléia do Conanda no próximo
93 mês de junho para tratar do assunto; 9) A conselheira Cristina Guimarães informou a
94 realização do evento sobre o Projeto “Quilombolas do Rio Grande do Norte –
95 Participação e Controle Social das Políticas Públicas” realizado no mês de março
96 passado. 10) A Vice-Presidente informou sobre o Fórum Mundial de Educação que
97 ocorrerá na cidade de São Paulo; 11) O conselheiro Ariel informou sobre o Seminário
98 de Políticas Públicas a ser realizado na cidade de São Paulo, ficando de encaminhar
99 mais informações aos integrantes da Comissão de Políticas Públicas via e-mail. II –
100 **Apresentação do Plano Nacional de Combate a Tortura:** Inicialmente o Doutor
101 Pedro Montenegro, Ouvidor da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da
102 Presidência da República cumprimentou a todos e em seguida fez a explanação dos
103 itens contidos no Plano de Ações Integradas para a Prevenção da Tortura no Brasil,
104 informando que o mesmo encontrava-se em consulta pública até o dia sete de maio de
105 dois mil e sete. Ressaltou que o Plano apresentava o fenômeno da tortura no Brasil e o
106 seu ponto de partida, destacando os colaboradores do texto preliminar. Destacou que o
107 objetivo geral do Plano era a maximização do respeito à dignidade da pessoa humana e

108 que os objetivos específicos eram: repensar, redirecionar, ampliar e intensificar as
109 ações, dotando-as de maior eficácia, bem como prevenir e combater a tortura no Brasil e
110 promover a integridade da pessoa. Destacou também que os documentos normativos
111 estavam embasados nas Convenções Internacionais e Nacionais dos Direitos Humanos e
112 outros marcos regulatórios afins. Informou que o diagnóstico do Plano fora extraído dos
113 relatórios da ONU, do Movimento Nacional de Direitos Humanos e outros relativos ao
114 tema. Foram apresentadas ainda, informações sobre o Protocolo Facultativo à
115 Convenção da ONU contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos
116 ou Degradantes e os seus fundamentos. O Palestrante informou que os Estados de
117 Alagoas, Paraíba, Piauí, Distrito Federal, Acre, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e
118 Pernambuco já haviam aderido ao Plano e que, as próximas adesões seriam dos Estados
119 da Bahia, Sergipe, Maranhão, Amapá, Ceará, Pará, e Rio Grande do Norte. Finalizando,
120 solicitou que o Conanda se aprofundasse na questão da tortura nos Centros de
121 Internação para adolescentes infratores. A Senhora Presidente abriu o debate, tendo sido
122 registrado os pontos que seguem: 1) O conselheiro Eduardo Romão parabenizou o
123 Palestrante pela qualidade do trabalho e dos procedimentos adotados; 2) O conselheiro
124 Isaias manifestou a sua preocupação com os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo,
125 principalmente em relação às crianças e adolescentes. Salientou a necessidade do
126 controle sistemático da tortura nas escolas, com a imposição de limites; 3) O
127 conselheiro Fábio alegou que no Estado de Minas Gerais a questão da violência vinha
128 sendo discutida e questionou como estava se dando a discussão do assunto pela
129 Secretaria Especial com as outras instituições como: a Justiça, o Ministério Público, os
130 Conselhos Tutelares e outros, conforme o disposto no artigo quarenta e um do Estatuto
131 da Criança e do Adolescente. O conselheiro solicitou também que fosse dada
132 visibilidade do documento, a exemplo do relatório do Conselho Federal de Psicologia e
133 da Ordem dos Advogados do Brasil, sobre a fiscalização nas unidades de internação de
134 adolescentes infratores. O palestrante voltou a ressaltar as pessoas de renome que
135 colaboraram na construção do Plano e, quanto aos casos citados sobre os Estados do Rio
136 e São Paulo, disse que o assunto estava sendo discutido com os mesmos, destacando as
137 dificuldades nessas articulações; 4) O conselheiro Ivanildo, teceu um paralelo entre a
138 erradicação da Poliomielite alegando que no caso da Pólio havia uma definição, por
139 isso mesmo fora radicada e que, portanto, no caso da tortura também era necessário
140 uma definição para a sua erradicação; 5) A Senhora Presidente parabenizou a iniciativa
141 e o processo utilizado, questionando no entanto, como se dava o processo de adesão
142 visto que o Plano ainda estava em consulta pública e já haviam Estados que tinham
143 aderido ao Plano. Questionou ainda, como deveria se dar a adesão do sistema
144 socioeducativo; 6) O Gestor Alberto Albino, indagou como se dava a responsabilização
145 das autoridades e propôs a realização de campanhas educativas para toda a sociedade;
146 7) O conselheiro Ricardo Caporal indagou como poderia se dar a criação de um
147 movimento contra maus tratos e a tortura; 8) O conselheiro Ariel questionou sobre o
148 andamento do Protocolo e de como o Conanda poderia integrar o Comitê sobre a
149 violência e como estava a implantação dos Comitês Estaduais, bem como a viabilidade
150 de inclusão de crianças e adolescentes nesses Comitês, além da inclusão do Sinase e do
151 Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas como temas a serem inseridos
152 no Plano. O Doutor Pedro agradeceu a todos reafirmando que as contribuições do
153 Conanda eram muito importantes. Em seguida, respondeu a todas as indagações
154 apresentadas. Quanto ao Protocolo Facultativo, informou que o mesmo encontrava-se
155 em processo de implantação e que, os Comitês Estaduais já estavam sendo criados.
156 Informou sobre o Seminário contra Tortura a realizar-se nos dias vinte e quatro e vinte e
157 cinco do corrente mês, considerando importante a participação do Conanda tanto no
158 evento como no Comitê. Quanto a este último, informou que as suas reuniões são
159 realizadas na última quarta-feira de cada mês. A Senhora Vice-Presidente solicitou a
160 inclusão de um representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do
161 Adolescente no referido Seminário. Foi sugerida que a Secretaria Executiva do Conanda
162 enviasse aos conselheiros, uma via do Protocolo Facultativo. **III - Planejamento do**

163 **Conanda dois mil e sete / dois mil e oito:** Estiveram presentes neste momento da
164 Assembléia, a Senhora Alison, representante do Unicef, a Senhora Natalina e a Senhora
165 Isabel, que atuaram como facilitadoras do processo de planejamento, sendo esta última
166 em substituição ao facilitador Clóvis. A Senhora Natalina apresentou o documento com
167 os resultados dos trabalhos do mês anterior, bem como a definição da metodologia de
168 trabalho para estes dois dias. Esclareceu que no período da tarde deste dia as Comissões
169 farão os ajustes necessários às suas áreas de atuação para aprovação final no dia de
170 amanhã. No dia doze de abril, dando continuidade aos trabalhos, a Senhora Presidente
171 informou sobre a sua participação na Audiência Pública na Câmara dos Deputados,
172 passando a coordenação dos trabalhos à Senhora Vice-Presidente durante a sua
173 ausência. **IV – Conclusão do Planejamento do Conanda:** A Senhora Natalina
174 informou sobre as produções dos trabalhos do dia anterior para validação do Plano de
175 Operações e o prosseguimento do planejamento por cada uma das Comissões e em
176 seguida, foram apresentados os resultados por cada Comissão. Finalizando o processo,
177 foi feita avaliação dos trabalhos de planejamento pelos conselheiros, tendo-se concluído
178 que a segunda parte do evento havia sido mais produtiva, apesar da ausência de muitos
179 conselheiros governamentais. A Senhora Vice-Presidente, em nome do Conanda,
180 agradeceu a parceria com o Unicef e aos facilitadores Natalina, Isabel e Clóvis,
181 alegando que o planejamento havia dado perspectivas para o futuro do Conselho. A
182 Senhora Natalina agradeceu a oportunidade de ter trabalhado com o Conanda, ao tempo
183 que se comprometeu entregar a versão final do documento no prazo de quinze dias. **V –**
184 **Relato das Comissões Temáticas: 1) Comissão Organizadora da VII Conferência**
185 **Nacional:** O Coordenador da Comissão fez o relato dos trabalhos informando sobre a
186 construção de textos relativos a cada eixo temático como subsídio às Conferências
187 Municipais e Estaduais. Ressaltou que os textos deverão estar prontos até o dia vinte e
188 seis para encaminhar aos demais conselheiros, para as devidas sugestões. No dia trinta
189 de abril os textos deverão ser encaminhados aos Conselhos Estaduais para a sua
190 disseminação aos Conselhos Municipais. Foram também apresentadas as sugestões de
191 nomes para proferir a Conferência Magna do evento. Foi definido que as sugestões de
192 outros nomes poderiam ser feitas até o dia trinta de abril do mês em curso. A Comissão
193 propôs ainda, realizar a sua próxima reunião no dia oito de maio, na cidade de Belém,
194 com deslocamento no dia sete, para formular a metodologia da Conferência Nacional.
195 Visando assessorar os trabalhos na elaboração da proposta, propôs a participação da
196 Senhora Eliana Crisóstomo, do Nasce, tendo sido a proposta aprovada pela plenária.
197 Com relação à Carta Aberta recebida do Conselho Estadual do Estado do Rio Grande do
198 Sul, solicitando alteração no Texto Base e Orientações Gerais às Conferências, foi
199 proposto pela Comissão e deliberado pela plenária por não alterá-lo visto que, as
200 orientações foram especialmente desenvolvidas com o intuito de assegurar a
201 participação de todos os segmentos da sociedade. Com relação às demais
202 correspondências alusivas às Conferências, ficou definido responder com os argumentos
203 pertinentes a cada uma delas, cujos textos deveriam ser compartilhados com os demais
204 conselheiros via e-mail. Quanto às Conferências Municipais, ficou deliberado não
205 aceitar convites que incidissem em custos para o Conanda. Com relação às Conferências
206 Estaduais, deverá ser elaborado calendário contendo as datas de realização das mesmas
207 para os agendamentos necessários. A Comissão discutiu ainda a questão do processo
208 licitatório de empresas para execução dos serviços de secretaria e de infra-estrutura do
209 evento, cuja decisão será efetivada até o mês de junho próximo, devendo o processo ser
210 agilizado e acompanhado pela Mesa Diretora, composta pelos coordenadores de cada
211 Comissão Temática. Finalizando, a Comissão propôs e fora aprovado pela plenária a
212 realização de um seminário com os conselheiros deste Colegiado, no próximo mês de
213 julho, para discutir os temas da Conferência Nacional, ficando definido acrescentar mais
214 um dia na Assembléia daquele mês. **2) Comissão de Orçamento e Finanças:** O
215 conselheiro Rogério fez o relato dos trabalhos destacando os seguintes pontos: a) Termo
216 de Cooperação com o TCU: Foi proposto e aprovado adiar o assunto para a assembléia
217 do mês de junho; b) aprovação dos Projetos Esportivos Sociais: foram apresentados os

218 Projetos Esportivos Sociais aprovados pela Comissão de Chancela e aprovados pela
219 plenária. Os Projetos aprovados foram: nº 853/2005 e nº 1.359/2006, do Ministério do
220 Esporte; c) Projeto Ilanud e ABMP: Foi proposto pela Comissão e aprovado pela
221 plenária a continuidade das ações realizadas no ano passado; d) Congresso Brasileiro de
222 Conselhos Tutelares: A proposta fora submetida à plenária com a sugestão de que seja
223 analisada a partir de critérios a serem estabelecidos em novo edital, tendo a mesma sido
224 aprovada por todos; e) Consulta Pública sobre Fundos dos Direitos: A Comissão propôs
225 e foi aprovada pela plenária conceder ao consultor Maurício Vian o prazo de até o dia
226 trinta de maio de dois mil e sete para analisar e sistematizar as contribuições resultantes
227 da consulta pública, de modo a permitir a avaliação da segunda versão do documento na
228 assembléia do mês de junho; 3) **Comissão de Políticas Públicas:** a) Agenda da
229 Assembléia Descentralizada: A Comissão propôs o levantamento de casos exemplares a
230 serem apresentados durante a assembléia; b) reunião com o Conselho Estadual; c) os
231 convites para o evento deverão ser assinados conjuntamente Conanda / CEDCA; d)
232 abertura no dia oito à noite com a realização de audiência pública e a participação de
233 todos os convidados, como ato político do evento, tendo sido a proposta aprovada por
234 todos; e) nota de repúdio: Foi proposto e aprovado a elaboração de Moção de Repúdio
235 do Conanda contra o Vereador Agnaldo Timóteo que defendeu a exploração sexual de
236 crianças e adolescentes se referindo a posse da Ministra do Turismo, Marta Suplicy que
237 afirmou que a prioridade de seu mandato seria o combate ao turismo sexual. A
238 Comissão propôs a adoção de providências administrativas por parte da Presidência da
239 Câmara Municipal de São Paulo através da instauração de processo por quebra de
240 decoro parlamentar e a adoção de providências no âmbito criminal ao Procurador de
241 Justiça do Estado de São Paulo, por prática de apologia de crime, já que o vereador
242 estimulou a violação do artigo duzentos e quarenta e quatro do Estatuto da Criança e do
243 Adolescente, que tipifica e pune a exploração sexual de crianças e adolescentes, assim
244 como o próprio Código Penal Brasileiro que também proíbi a exploração sexual,
245 ficando o conselheiro Ariel responsável pela elaboração do documento; f) Seminário
246 sobre Tortura: A Comissão indicou os nomes dos conselheiros Ariel e Júlia para
247 participarem do evento; g) Comissão Intersetorial para acompanhamento do Sinase:
248 Foi informado pelo relator que os representantes da sociedade civil ainda não se
249 reuniram com a Comissão e que, as indicações das Comissões e Grupos de Trabalho
250 não estão sendo respeitadas por falta de orçamento para o deslocamento dos
251 conselheiros indicados. Nesse sentido, foi ressaltada a necessidade de se garantir a
252 paridade e a representação do governo e da sociedade civil. A Senhora Presidente
253 informou sobre o contingenciamento de recursos na ordem de vinte e cinco por cento do
254 orçamento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e sobre a elevação dos gastos
255 com passagens. Falou também sobre a necessidade de se fazer uma programação sobre
256 as viagens em nome da racionalidade, solicitando a colaboração de todos. A conselheira
257 Cristina argumentou que este fato vem ocorrendo em outras Secretarias do Governo
258 Federal, necessitando todas elas de uma programação prévia das viagens. O conselheiro
259 Antônio também se manifestou sobre a necessidade de se respeitar à paridade nas
260 representações do Conanda. O conselheiro Ariel ponderou no sentido de que, caso não
261 possam estar juntos governo e sociedade civil que a pessoa indicada deve deixar claro
262 que está representando o Conanda naquele evento. Aproveitou a oportunidade para
263 ressaltar a necessidade de ajustes no valor das diárias, tendo em vista que os
264 conselheiros estavam tendo que pagar para representar o Conselho. A conselheira
265 Solange afirmou conhecer a dinâmica de vários Conselhos, alegando que para ela o
266 importante era assegurar a paridade na decisão democrática do Colegiado. Acrescentou
267 que, a indicação deveria ser por afinidade e que bom senso e critério nem sempre podem
268 estar presentes nas duas representações. A conselheira Aurilene propôs a atualização das
269 representações dos conselheiros e repassá-la via e-mail a todos. A Senhora Presidente
270 propôs que cada Comissão fizesse a programação dos seus convites e representações
271 com antecedência e as encaminhasse à Secretaria Executiva do Conselho. A Senhora
272 Vice-Presidente propôs à Presidente que ela fizesse contatos com a Presidência do

273 Conselho Estadual do Estado do Pará para tratar de assuntos sobre a Assembléia
274 Descentralizada; h) Assembléia Descentralizada do CNAS: A Comissão designou a
275 conselheira Solange para representar o Conanda no referido evento, tendo a indicação
276 sido aprovada por todos; i) Selo Unicef: Foram designadas para representar o Conanda
277 as conselheira Thereza de Lamare e Deuzinea, no evento que será realizado no dia vinte
278 e quatro do corrente mês. **VI – Comissão de Mobilização e Formação:** Foi informado
279 aos presentes que o Seminário do Pró-Conselho Brasil seria realizado na cidade de Belo
280 Horizonte – Mina Gerais, nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de maio, tendo sido
281 indicado o nome do conselheiro Fábio para representar o Conanda. **VII – Plano de**
282 **Comunicação do Conanda:** A Senhora Ana Penido, da Cipó / Rede Andi Brasil, fez a
283 explanação do Plano de Comunicação, informando que a Rede Andi estava presente em
284 onze Estados e que o seu objetivo era investir na formação de uma cultura jornalística.
285 Destacou a parceria com o Conanda e em seguida, apresentou os itens do Plano dando
286 ênfase à análise do material pesquisado e os desafios apresentados. Apresentou também
287 o cronograma estabelecido para a conclusão dos trabalhos. A Senhora Presidente
288 parabenizou-a pela objetividade na sua apresentação e por ter reproduzido tão bem as
289 preocupações do Conselho. Prosseguindo, a Senhora Presidente informou sobre o
290 pedido do Fonacriad para prorrogação do prazo estabelecido no edital dois mil e sete
291 para entrega dos Projetos de construção, por mais sessenta dias. O assunto foi debatido e
292 deliberado pela não prorrogação e estabelecido que, caso seja aprovada a emenda para
293 novos recursos, será publicado novo edital, devendo esta decisão ser oficiada ao
294 Fonacriad e aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente com a
295 maior urgência possível. Foi proposto também abrir Edital específico para o Plano
296 Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, tendo a proposta sido aprovada por
297 todos. Na oportunidade, foram apresentadas as duas servidoras da SPDCA, Mariza
298 Seixas Tardelli de Azevedo e Gabriela Nassif Azen Azevedo que doravante serão
299 responsáveis pelo Programa da Redesap e implantação do Plano de Convivência
300 Familiar e Comunitária. **VIII – Aprovação de Atas:** As Atas das 147ª e 149ª
301 Assembléias Ordinárias e da 148ª Assembléia Extraordinária foram aprovadas sem
302 correções. **IX – Informes:** Dando continuidade aos informes registrou-se o que segue:
303 1) O conselheiro Ricardo Caporal manifestou a preocupação dos conselheiros da
304 sociedade civil no tocante ao valor das diárias, alegando que o mesmo estava muito
305 baixo, não dando para arcar com as despesas durante a permanência dos mesmos para
306 participarem das assembléias. Ressaltou que os conselheiros estavam desembolsando
307 recursos próprios para complementar às despesas. A Senhora Presidente, informou que
308 já havia feito consulta ao Setor competente para saber se era possível agregar algum
309 adicional mas ainda não tinha resposta, tão logo fosse possível informaria a todos. 2) A
310 Senhora Vice-Presidente propôs que a Secretaria Executiva fizesse levantamento dos
311 conselheiros governamentais e não governamentais faltantes desta gestão e que os
312 conselheiros não governamentais informassem suas ausências com antecedência, de
313 acordo com o Regimento Interno para convocação do conselheiro suplente em tempo
314 hábil. 3) A Senhora Presidente informou que na próxima assembléia serão apresentados
315 os critérios para convocação dos conselheiros. Com relação à Secretaria Executiva,
316 informou que o Gabinete do Senhor Ministro estava criando os mecanismos para a
317 retaguarda dos Conselhos que compõem a Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
318 Aproveitou para informar que a conselheira Beatriz havia sido indicada para representar
319 o Conanda na reunião a ser realizada no próximo dia dezessete. 4) A Senhora Vice-
320 Presidente propôs que o Ministro Paulo Vannuchi se posicionasse sobre a proposta de
321 redução da idade penal e que ele se articulasse com os Senadores da base governista
322 antes da votação da matéria. A Senhora Presidente ficou de levar o assunto ao Senhor
323 Ministro ressaltou que o mesmo tem se posicionado sobre o assunto, além de
324 desenvolver um trabalho de bastidores sobre o tema. Ainda com relação ao tema a
325 Senhora Presidente informou que será entregue aos Parlamentares um dossiê contendo
326 as notas públicas sobre o rebaixamento da idade penal. O conselheiro Ricardo Caporal
327 solicitou que os conselheiros fossem comunicados com antecedência o dia da votação

328 do Projeto de Lei no Senado Federal. 5) A conselheira Deuzinea falou sobre a entrevista
329 apresentada no Programa Jô Soares sobre a redução da idade penal e o aumento do
330 tempo de permanência da internação dos adolescentes e propôs que o Conanda fosse
331 convidado para ir ao Programa defender o não rebaixamento da idade penal. A
332 conselheira Alda propôs que fosse enviado o documento do Sinase ao apresentador.
333 Não tendo mais nada a ser tratado, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos
334 dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será
335 assinada pela Senhora Presidente.

336

337

338

339

340

341

Carmen S. de Oliveira
Presidente

A Sua Excelência a Senhora

ADRIANA DE CÁSSIA DELBUE SILVA

Promotora de Justiça Substituta

Promotoria de Justiça de Diadema - sp

Av. Sete de Setembro, nº 460/462 - Vila Dirce

DIADEMA - SP

CEP . 09.912-010